

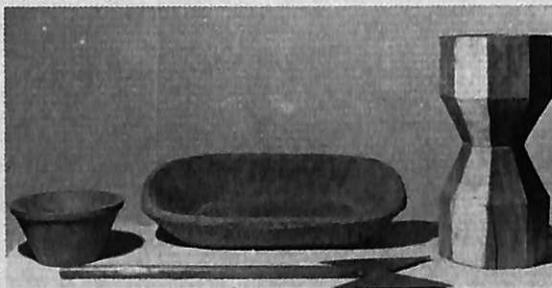
Patrimônio Cultural de Pernambuco



Figura de Iemanjá



Abebé e Vulto



Gamelas, pilão e machado

cultura negra, com as suas múltiplas faces, influenciou em tudo na formação do nosso povo.

Preservando seus valores, o negro manteve os seus mesmos deuses, crenças, ídolos e religiões das "terras do lado de lá". Viajantes que estiveram no Brasil nos séculos XVII a XIX são unânimes em afirmar que os negros mantinham-se em suas religiões e o seu catolicismo era puramente nominal.

A feitiçaria, a magia, as crenças e as danças religiosas são citadas por Gregório de Matos, Saint-Hilaire, Koster, Tollenare e até uma pintura do holandês Zacarias Wagner, que viveu em Pernambuco entre os anos de 1634 a 1641: Gravura 105 do Zoobiblion. Iconografia esta que René Ribeiro "reconhece nela uma roda de xangô".

Pereira da Costa, em seu Folk-Lore Pernambucano, cita denúncia do Tribunal de Inquisição de Lisboa ao Governador de Pernambuco, José César de Menezes, que governou de 31 de agosto de 1774 a janeiro de 1788, sobre manifestações de negros em suas danças.

O Governador pediu intervenção do Ministro Martinho de Mello e Castro que, por sua vez, solicitou o parecer de D. José da Cunha Grã Athaide de Mello, Conde de Pavolide, então residente em Lisboa. A sua extensa carta, de 10 de junho de 1780, é um dos mais interessantes documentos sobre o costume de nações de negros em Pernambuco. Após defender os folguedos dos negros, assemelhando-se aos fandangos em Castella, salienta: "os bailes que entendo ser de uma total reprovação, são aqueles que os pretos da Costa da Mina fazem às escondidas ou em casas ou roças, com uma preta mestra com altar de ídolos, adorando bodes vivos, e outros feitos de barro, untando seus corpos com diversos óleos ou sangue de galo, dando a comer bolos de milho depois de diversas bênçãos supersticiosas, fazendo crer aos rústicos, que naquelas unções de pão, dão fortuna, fazem querer bem mulheres e homens e chega a tanto a credibilidade de algumas pessoas, ainda daquela que não pareciam ser tão rústicas, como frades e clérigos, que chegaram a vir presos à minha presença, em os cercos que mandava botar a estas casas, que querendo-os desmagnar, me foi precioso em suas presenças lhes fazer confessar o embuste aos pretos donos das casas..."

O aviso, enviado ao Governador de Pernambuco, de 4 de julho de 1780, comunicava "que Sua Majestade ordenava, que não permitisse danças supersticiosas e gentílicas".

Mas o culto do negro permaneceu, permitindo-se através da linguagem oral entre seus seguidores, embora perseguido pela Inquisição, Igreja Romana, colonizadores, chefes de Polí-

XANGÔ: A FÉ QUE VEIO DO LADO DE LÁ

Durante mais de três séculos, homens, mulheres e crianças da raça negra, oriundos do continente africano, foram trazidos como escravos para o Brasil.

Até o advento da Lei Eusébio de Queiroz, promulgada em 4 de setembro de 1850, e mesmo alguns anos depois, integrantes de várias nações do continente africano vinham para o Brasil trazendo consigo toda uma tradição cultural e religiosa que em muito influenciou na formação do povo brasileiro.

Sendo assim, eram trazidos para o Brasil, como escravos, entre outros Ardrenses, Minas, Angolas, Cabindas, Daomé, São Tomé, Serra da Leoa, Cabo Verde, Zanzibar, Rio Ambris, Malambo, Moçambique, Ajudá, Calabar, Camerum, Quelimane, Sudaneses e Bantos. Confundem muito os autores a origem destes negros: ora os classificam por tribos, ora por nomes genéri-

cos, ora por simples portos de procedência.

Henrique Dias, Mestre de Campo, Governador dos Pretos quando da Insurreição Pernambucana (1645-1654), em carta enviada aos chefes holandeses, segundo citação feita por José Antônio Gonsalves de Mello, (in Tempo dos Flamengos) informava que "de quatro nações se compõe este regimento: Minas, Ardras, Angolas e Crioulos: estes são tão malévolos que não temem; os Minas são bravos que onde não podem chegar com o braço, chegam com o nome; os Ardras são fogosos que tudo querem cortar num só golpe e os Angolas tão robustos que nenhum trabalho os cansa".

A circular do Ministério da Fazenda nº 29, de 13 de maio de 1891, assinada pelo então Ministro Ruy Barbosa, determinou a incineração de todos os documentos que diziam respeito a escravidão negra no Brasil, impedindo assim que estudiosos e pesqui-

sadores realizem, em nossos dias, pesquisa no sentido de saber a verdadeira origem do negro brasileiro.

Face a quase inexistência de documentos, não se pode calcular ao certo o número de africanos que foram trazidos para o Brasil: Taunay calcula em 3.600.000; seguindo-se de Roberto Simonsen, que calcula em 3.300.000 e Maurício Goulart, cujo cálculo se situa entre 3.500.000 à 3.600.000 africanos trazidos para o Brasil entre 1538 e 1850.

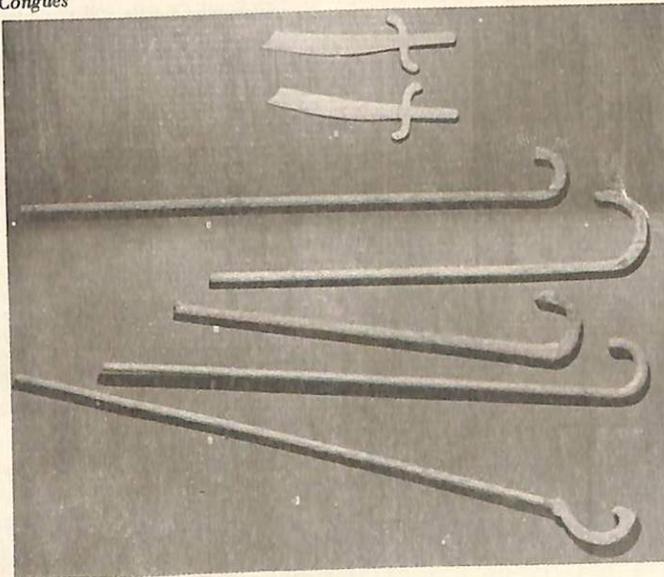
José Antônio Gonsalves de Mello, com base em documentos holandeses, informa que entre 1635 e 1645, a Companhia das Índias Ocidentais importou 23.163 africanos, cuja venda deixou o lucro de 6.714.423 florins (ob, cit.).

Essa imigração forçada de elementos da raça negra, oriundos das mais diferentes regiões africanas, com línguas, costumes e religiões diversas, transformaram o Brasil num imenso continente negro fora da África. A

Ae 374022
Box 1
8950315



Conguês



Bengalas e armas rituais



Ilús de Corda

cia, Governadores, Interventores, com cicatrizes ainda presentes nos nossos dias.

Roger Bastide afirma: "A escravidão não somente separa como une o que separa", adiantando que ela uniu as civilizações africanas européias, "o que levou ao aparecimento de novos fenômenos, ou sincretismo religioso ou a mestiçagem cultural". (in *As Religiões Africanas no Brasil*, Ed. 1971).

A denominação *Candomblé*, designando o local da prática do culto religioso africano, só veio aparecer entre nós recentemente. Tal designação era comum na Bahia para denominar o culto *jejenagô*, como se depreende do noticiário da imprensa de Salvador no fim do século passado e início deste, inclusive com reclamações no *Diário de Notícias* (5.10.1896) sobre o "candomblé do Gantóis".

Antes eram chamados de roças, calundus e, em Pernambuco, o confundiam com o *catimbó*, que é magia de origem ameríndia. É o que se depreende do noticiário do *Jornal do Recife* (nº 66/1918), d'A Pimenta (nº 89/1902), *Diário de Pernambuco* (nº 105/1915), *Pernambuco* (nº 310/1913), salientando A Lanterna Mágica (nº 806/1905) que "o *catimbó* é também uma crença como qualquer outra".

Em Pernambuco, onde os cultos africanos foram uma constante, tais locais são chamados de *xangôs*, confundindo assim o culto com o nome daquele orixá - primeiro rei dos Iorubas; deus do trovão, do fogo, do relâmpago, etc.

Esta denominação é também mais ou menos recente, face ser desconhecida por Pereira da Costa, também os confunde com o *catimbó* (*Vocabulário Pernambucano*).

O culto africano teve, até recentemente que se acobertar dos "centros espíritas" a fim de fugir da perseguição policial. No início do século afirmava Nina Rodrigues: "Hoje, cessada a escravidão passaram elas (seitas africanas) à prepotência e ao arbítrio da polícia não mais esclarecida do que os antigos senhores".

No Estado Novo (1937 - 1945), os cultos africanos eram perseguidos, em Pernambuco, pela Polícia Estadual a ponto de se acobertarem até em agremiações carnavalescas, como é o caso da "Troça Rei dos Ciganos" e de alguns maracatus. Tal perseguição extinguiu em Pernambuco uma seita de origem panteísta, fundada em 1935, que segundo Gilberto Freyre seria uma sobrevivência do islamismo. Até em nossos dias a herança de tais perseguições é sentida em cerimônias,

antes festivas e realizadas na luz do dia, que acontecem nas caladas da noite e, ao mais das vezes, às escondidas, bem à moda dos cristãos ao tempo das catacumbas.

A fim de acobertar os seus cultos, os negros passaram a festejar os seus santos durante as festas da Igreja Católica. Assim, *Ogum*, deus da guerra, é São Jorge; *Xangô*, como já falamos, é São João; *Iemanjá*, rainha do mar, é Nossa Senhora da Conceição; *Oxum*, deusa dos rios, é Nossa Senhora do Carmo; *Abaluaê*, protetor contra a peste e as doenças, é São Lázaro; *Iansã*, a deusa do relâmpago, é Nossa Senhora dos Prazeres; *Ibêje*, os santos gêmeos protetores das crianças, é São Cosme e São Damião; *Orixalá*, o criador de todas as coisas, é sincretizado na figura de Jesus Crucificado ou do Senhor do Bom Fim. Assim como os santos da Igreja Romana, os orixás são dezenas sincretizados das mais diversas formas, inclusive através de elementos (exemplo de Ifá, destino), chegando Roger Bastide a relacionar 26 deuses.

Por ocasião do toque, espetáculo público de reverência aos orixás, cada um deles têm em sua honra cânticos e danças próprias. Os fiéis quase sempre dançam em círculo, ao som de ogans, ilús e gonguês, trajando cores dos seus protetores (orixás) e entoando cânticos com algumas palavras em dialeto *nagô*, *congo*, *daomé*, *moçambique*, *ardras*, etc.

No peji, altar ou altares onde estão depositados os sacrifícios, imagens e axês de cada orixá, são depositadas as oferendas e feitas as reverências por cada um dos iniciados antes de iniciar a função.

Durante a variada coreografia, ao som de variados ritmos e cânticos, alguns iniciados entram em transe - "possuídos pelos santos" - sentindo-se incorporados pelos deuses africanos, atingindo assim "a experiência máxima de intimidade e comunhão com o sobrenatural" (Renê Ribeiro).

O custo elevado da manutenção do culto africano, com sacrifícios e festas aos orixás custando alguns milhares de cruzeiros, vai transformando os *xangôs* do Recife em "centros de umbanda" ou em tendas de *catimbó*. Os *candomblés* (como atualmente são chamados os terreiros de *xangôs*) do Recife - *nagô*, *congo*, *daomé*, *moçambique*, etc. - vão aderindo às linhas da *umbanda*, a exemplo do Pai Edu (festejado pai de santo de Olinde), que antes seguia o culto *nagô*.

Aliada às dificuldades econômicas, surge, também, a ausência do aprendizado: os velhos *babalorixás*, alguns ainda descendentes de africanos, "não querem mais ensinar os segredos do culto" e cerimônias, antes obrigatórias, estão a desaparecer, segundo denúncia do *babalorixá* Manuel Nascimento da Costa (*Folclore* nº 27 IJNPS - 1977). Não se fala mais em *babalorixás* que retornam à África em busca de suas origens; como Felipe Sabino da Costa (1877 - 1936), conhecido como Pai Adão, que foi até Lagos (Nigéria) aprofundar-se nos conhecimentos da seita, retornando ao Recife onde fundou o Terreiro do Chapéu de Sol (Estrada Velha de Água Fria).

Ante o declínio do culto negro em terras pernambucanas, continua viva a lição de Sílvia Romero: "Apresem-se os especialistas, visto que os pobres *moçambiques*, *benguelas*, *monjolos*, *congós*, *cabindas*, *caçangas* (sic) ... vão morrendo. O melhor ensejo, pode-se dizer, está passando com benéfica extinção do tráfico. Apresem-se, porém, senão terão que perdê-lo de todo" (*Estudos sobre a poesia popular do Brasil*, Rio, 1888).

Por mais que nos apressemos agora, sempre chegaremos tarde, muito embora ainda reste algo para salvar.

Leonardo Dantas Silva